

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



CONHECENDO A ATENÇÃO PRIMÁRIA RIBEIRINHA

Altair Seabra de Farias

Curso de Atenção à Saúde da População Ribeirinha

CONHECENDO A ATENÇÃO PRIMÁRIA RIBEIRINHA

Altair Seabra de Farias¹

Curso de Atenção à Saúde da População Ribeirinha

¹ Professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutorando em Medicina Tropical na Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD/UEA). Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Saúde Indígena pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Colaborador UNASUS Amazônia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Conhecendo a atenção primária ribeirinha [livro eletrônico] / organização Altair Seabra de Farias. -- 1. ed. -- Manaus, AM : Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2021.

PDF

"Vários colaboradores"

ISBN 978-65-87214-46-7

1. Comunidade ribeirinha - Amazônia 2. Saúde pública - Amazonas I. Farias, Altair Seabra de.

21-66014

CDD-362.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde pública : Diagnóstico : Bem-estar social
362.1

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

FICHA TÉCNICA

© 2021. Ministério da Saúde. Sistema Universidade Aberta do SUS. Fundação Oswaldo Cruz & Universidade do Estado do Amazonas

Alguns direitos reservados. É permitida a reprodução, disseminação e utilização dessa obra, em parte ou em sua totalidade, nos termos da licença para usuário final do Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (ARES). Deve ser citada a fonte e é vedada sua utilização comercial.

Ministério da Saúde

Marcelo Queiroga
Ministro

Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS

Raphael Câmara Medeiros Parente
Secretário

Secretaria-executiva da Universidade Aberta do SUS - UNA-SUS

Maria Fabiana Damásio Passos
Secretária-executiva

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

Nísia Trindade Lima
Presidente

Universidade do Estado do Amazonas

Cleinaldo de Almeida Costa
Reitor

Escola Superior de Ciências da Saúde

Diego Ferreira Regalado
Diretor

Centro de Pesquisa & Desenvolvimento UNA-SUS Amazônia

Waldeyde O. Magalhães dos Santos
Coordenadora Geral

Universidade do Estado do Amazonas

Centro de Pesquisa & Desenvolvimento UNA-SUS Amazônia

Av. Carvalho Leal nº 1777 - Cachoeirinha - 69065-001 - Manaus - AM
Tel. 92 3611-4174 | contato@unasusamazonia.com.br | www.unasusamazonia.com.br

Coordenadora Geral

Waldeyde O. Magalhães dos Santos

Coordenadora Acadêmica

Isabela Cristina de Miranda Gonçalves

Coordenador de Produção

João da Mata Libório Filho

Editora Técnica

Jacqueline de Almeida Gonçalves Sachett

Conteudista

Altair Seabra de Farias

Designer Instrucional

Nathalia Flores

Designer Digital

Cael Fernando Saraiva Pinheiro

Desenvolvedor

Augusto Rozendo Ribeiro de Arruda

Apoio Técnico

Desirée Emelly Gomes Nascimento

SUMÁRIO

UNIDADE

OBJETIVO	7
CONTEÚDO	7
CONTEXTO AMAZÔNICO	8
ENCHENTES E SECAS	11
ATIVIDADES LABORAIS	12
AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS	14
A SAÚDE DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

OBJETIVO

Reconhecer os diferentes modos de vida das populações ribeirinhas levando em consideração as especificidades sociais, econômicas, culturais, ambientais, geográficas, epidemiológicas e de saúde.

CONTEÚDO

A unidade abordará os seguintes tópicos:

- Definição de ribeirinhos e comunidades tradicionais;
- Os rios e o ribeirinhos;
- Tipos de moradias; mobilidade humana e meios de transportes;
- Sazonalidade (enchentes e vazantes);
- Atividades laborais dos ribeirinhos;
- Organização sociopolítica e solidariedade;
- O comércio e o escoamento da produção;
- Educação diferenciada;
- Logística e transporte escolar;
- Principais doenças e agravos de importância médica;
- Assistência à saúde das populações ribeirinhas;
- Uso de plantas medicinais como recurso terapêutico.



Ribeirinho - Fonte: Unsplash

CONTEXTO AMAZÔNICO

Desde os anos 50 o Brasil tem passado por um processo contínuo de urbanização refletindo na queda da participação da população rural nos municípios. Em 1950 o país tinha aproximadamente 33 milhões de pessoas vivendo em áreas rurais o que representava 64% da população total da época. Em 2010 a população rural era em torno de 29 milhões, representando 15% do total. Apesar de o percentual ter se reduzido ao longo do tempo, o número de pessoas residentes no meio rural é ainda elevado (MARCONATO et al., 2015).

A população da região Norte, em 2010, somou um total de 15.864.454 habitantes, representando 8,32% da população nacional, que, conforme o IBGE, 73,53% viviam na área urbana e apenas 26,47% residiam no meio rural (LOBAO, 2015). Dentre essa população rural estão os ribeirinhos que vivem na Amazônia

Brasileira em comunidades ou isoladamente, em geral, destituídos de infraestrutura mínima de saneamento básico, energia elétrica e serviços de saúde. Nesse contexto, é importante destacar que no Brasil, são poucas as informações epidemiológicas sobre as populações ribeirinhas da Amazônia, uma vez que a assistência à saúde é centralizada na zona urbana dos municípios, com ações esporádicas dos profissionais de saúde nas comunidades (GAMA et al., 2018).

O termo ribeirinho é usado na Amazônia para se referir às populações humanas que moram nas margens dos rios, vivendo geralmente da extração e manejo de recursos florestais, aquáticos e da agricultura familiar (FURTADO; MELO, 1993). Também podem ser chamados de povos tradicionais nativos da Amazônia, identificados como indígenas, nativos, caboclos, ribeirinhos, quilombolas, entre outras denominações, possuem um vasto conhecimento em cultivo e preservação da fauna e da flora, herdadas dos seus ancestrais (CUNHA, 2013). Destacam-se entre eles, os pescadores, canoeiros, caçadores, extrativistas, agricultores, seringueiros, castanheiros, juteiros e migrantes vindos de diversas regiões do Brasil (OLIVEIRA et al., 2020) onde cada segmento é constituído de uma identidade sociocultural e política própria, evidenciadas nas relações de trabalho, na educação, na religião, nos hábitos alimentares e familiares (CHAVES, 2009).

No contexto brasileiro, os povos e comunidades tradicionais são reconhecidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, como grupos culturalmente diferenciados e se reconhecem com formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução social, cultural, religiosa, ancestral e econômica. Desse modo, validam a herança histórica de que a população ribeirinha é miscigenada em razão de vários processos de colonização, onde cada comunidade possui peculiaridades evidenciadas nas relações de trabalho, hábitos e organização familiar. No seu cotidiano utilizam uma gama de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição de geração à geração (LIRA; CHAVES, 2016).

Os ribeirinhos se relacionam diretamente com a natureza, se apropriam dos recursos naturais, percebem o seu tempo ecológico para a organização do processo de trabalho e desenvolvem as atividades de subsistência em diferentes âmbitos. O modo de vida dos ribeirinhos é influenciado pela sazonalidade dos níveis das águas. Portanto, a cheia e seca dos rios determinam na maioria das vezes a atividade principal e a mais adequada para suprir suas necessidades mediante a realidade e os fenômenos naturais dos quais enfrentam (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI, 2011; SENA et al., 2020).

Para os ribeirinhos, os rios traduzem um grande significado configurando-se como um complemento indissociável nas suas vidas. Nesse contexto, rio e ribei-

rinho são partes de um todo. Se por um lado, o rio oferece água, os alimentos, fertiliza suas margens nas cheias e vazantes. Por outro, os ribeirinhos lhe oferecem a proteção por meio de suas representações, seus mitos, muito conhecidos entre essas populações, onde por exemplo, a mãe d'água, a cobra grande come aqueles que não respeitam a natureza (LIRA; CHAVES, 2016; DA GLORIA; PIPE-RATA, 2019).

Os rios têm um alto poder simbólico para os ribeirinhos, influenciando inclusive na construção de suas moradias, utilizando a madeira como alternativa principal. As palafitas normalmente de frente para o rio, construídas alguns metros acima do nível do rio para evitar que sejam alagadas durante as enchentes e as casas flutuantes que acompanham os níveis das águas à medida que o rio enche ou seca.



Palafita - Fonte: Do Autor



Palafita - Fonte: Do Autor

Para os ribeirinhos, o transporte hidroviário é praticamente a principal alternativa de transporte na Amazônia, considerando que as rodovias são restritas e quando existem não oferecem baixas condições de trânsito. Portanto, a mobilidade humana dos ribeirinhos ocorre primordialmente por meio dos rios, lagos e igarapés utilizando diversos tipos de embarcações adequadas para as necessidades e o modo vida na região. Dentre essas embarcações, predominam entre os meios de transportes: as canoas com ou sem motores rabetas, as voadeiras com os motores de popa e os barcos regionais que possuem fácil sistema de arranque e uma boa relação custo benefício.



Ribeirinho em embarcação típica - Fonte: Unsplash



Barcos regionais - Fonte: Do Autor

ENCHENTES E SECAS

Na enchente dois fenômenos importantes ocorrem nessas terras: o primeiro é a deposição sedimentar que aumenta os diques marginais (crescimento da terra) e o segundo é o processo natural de fertilização do solo, ficando rico em nutrientes propício à agricultura de ciclo rápido e também utilizado para a criação de animais, principalmente bovinos. Na época da enchente dos rios a cultura da roça, o cultivo da agricultura, a pesca e a caça ficam comprometidas (SOUZA; ALMEIDA, 2010). Na vazante os ribeirinhos muitas vezes precisam percorrer grandes distância para obter água de boa qualidade, além de serem afetados pela seca dos rios, já que os mesmos exercem papel fundamental para o transporte, abastecimento de alimentos, medicamentos e combustíveis (BORMA; NOBRE, 2013).



Cheia - Fonte: Amazonas Total



Seca - Fonte: Em Tempo



Ribeirinhos pescando - Fonte: Info Amazônia

ATIVIDADES LABORAIS

Detentoras de amplo saber sobre o ambiente em que vivem, as populações ribeirinhas usam e manejam os recursos naturais orientados pelos seus saberes de base comunitária considerando as relações sociais de trabalho e as relações de compadrio e parentesco. Nesse contexto, é importante destacar que essas sociedades, em geral, ignoram a estrutura agrária nacional e utilizam a terra para interesses comunitários/coletivos onde os recursos básicos não são individualizados. Portanto, os ribeirinhos se apropriam dos recursos naturais baseando-se na reciprocidade com a natureza, principalmente se concentrando na agricultura familiar, na criação de pequenos animais, no extrativismo animal e vegetal (FRAXE, 2009; LIRA; CHAVES, 2016).

AS PRINCIPAIS MODALIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COMUNITÁRIO

Entre as atividades laborais comunitárias como forma de organização sociopolítica, se destaca a solidariedade interna entre os ribeirinhos. Nesse contexto, Chaves (2009) elenca as principais:

1. **As associações comunitárias:** (pescadores, agricultores por exemplo) que adotam, como referência organizacional, as representações e representatividade que os atores possuem para formar seus quadros;
2. **Os mutirões:** nos quais o trabalho é compartilhado por todos os membros da comunidade e se constituem como serviços para coletividade, para melhoria de bens e/ou prestação de serviços comunitários;
3. **Os ajuris:** modalidades de organização do trabalho realizadas pelos comunitários de maneira coletiva, cujos resultados são partilhados pelos participantes da atividade;
4. **Os puxiruns:** atividades desenvolvidas em grupos para troca de serviços, na qual todos se reúnem para beneficiar um membro, que, em momento posterior, presta serviço equivalente àqueles que o ajudaram.

AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

As comunidades ribeirinhas estabelecem conexões e vínculos entre si, e para sobreviver nas zonas rurais os ribeirinhos necessitam de interações com a sociedade urbano-industrial para aquisição de bens e serviços, bem como para o escoamento da sua produção agrícola e pesqueira. Para adquirir itens básicos de consumo e vender sua produção familiar, os ribeirinhos precisam se deslocar até a sede dos municípios ou comercializar com os regatões por preços muito abaixo do mercado e algumas vezes menores do que os custos de produção (MCGRATH, 2009; IPAAM, 2013). Nesse sentido, predomina dois tipos de transações: relação não monetarizada (mercadoria-mercadoria) e relação que acontece entre a troca de um valor de uso pela moeda, para aquisição de outro valor de uso (mercadoria-dinheiro-mercadoria) (CASTRO et al., 2009).

Em relação à educação dos ribeirinhos, emerge num contexto histórico e social diferente de outras realidades, marcada por uma riqueza geográfica, social e multicultural, com características próprias e totalmente diferentes das demais localidades brasileiras. Sendo necessárias novas práticas pedagógicas que se adequem aos ribeirinhos, tendo em vista que o currículo urbano não atende às suas necessidades, uma vez que se encontram em realidades opostas. Se por um lado, tem se observado alguns avanços como um calendário escolar diferenciado, considerando principalmente os períodos de enchentes e vazantes dos rios, por outro, ainda se observa a presença de turmas multisseriadas (BRIGIDA; RAMOS, 2020).

Devido a extensão territorial, o transporte é predominantemente fluvial, de alto custo logístico das viagens, considerando principalmente o alto custo e consumo dos combustíveis, além disso, fenômenos naturais como seca e cheia dos rios fazem da educação rural um grande desafio. Nesse sentido, lanchas escolares são necessárias para operacionalização do transporte escolar dos alunos e professores visando garantir o acesso diário às escolas ribeirinhas. A oferta efetiva do transporte escolar tem impacto direto nos indicadores de qualidade e de evasão escolar. A depender da época do ano, o embarque e desembarque requer bastante habilidade e cuidado, devido às mudanças causadas nas margens dos rios com a subida e descida das águas diariamente se enfrenta correntezas ou lamas, entre outras adversidades naturais.



Lancha escolar - Fonte: Do Autor



Lancha escolar - Fonte: Amazonas Atual

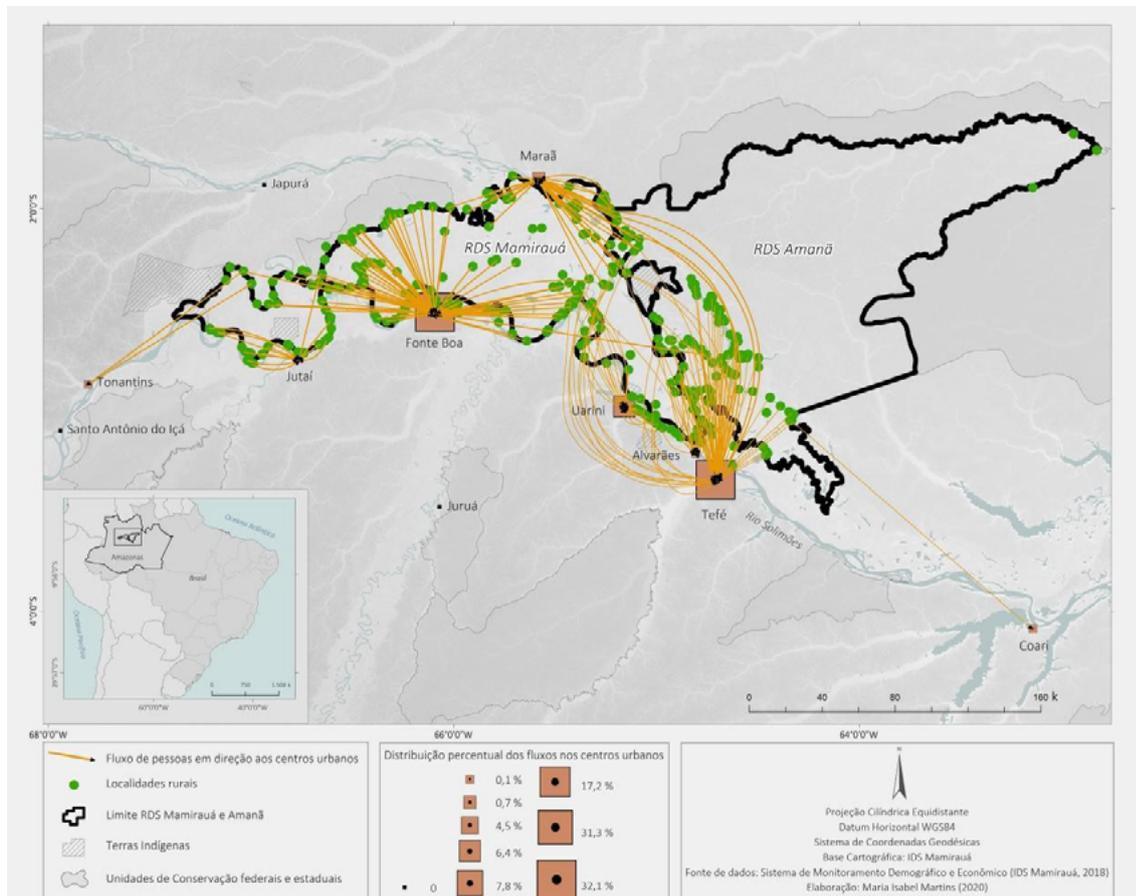
A SAÚDE DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA



Barcos regionais - Fonte: Do Autor

Há uma escassez de inquéritos de saúde que identifique o perfil epidemiológico da população ribeirinha, entretanto, diversos estudos têm sido publicados na última década, revelando as condições de saúde dos ribeirinhos (GAMA et al., 2018), bem como as doenças e agravos de maior importância, principalmente no que se refere às doenças infecciosas como malária, parasitoses, doença de Chagas (GUIMARÃES et al., 2020); anemia e enteroparasitoses (SILVA et al., 2014; GOMES et al., 2016); doenças diarreicas e respiratórias (SILVA; MOURA, 2010); hepatites virais (OLIVEIRA et al., 2011) hipertensão e diabetes (MARIOSIA; FERRAZ; SANTOS-SILVA, 2018); câncer de colo de útero (COSTA et al., 2011); acidentes ofídicos (FEITOSA et al., 2015; SILVA et al., 2019). Além dos escarpelamentos (CUNHA et al., 2012) que ocorrem frequentemente na Amazônia, trata-se de um acidente grave no qual ocorre avulsão do couro cabeludo, acarretando às vítimas sequelas físicas, emocionais e sociais. Esse acidente está intimamente relacionado ao cotidiano de suas vítimas que, em grande parte das vezes, vivem às margens dos rios e necessitam de embarcações para locomoção, alimentação e desenvolvimento de suas atividades produtivas (SANTOS; FERREIRA, 2015).

Mais recentemente Ramalho et al. (2020) chamam atenção que os ribeirinhos da Amazônia tem sido afetados pela disseminação da Covid-19 e são extremamente vulneráveis devido ao intenso fluxo entre as localidades rurais e as sedes municipais e à falta de infraestrutura de saúde básica adequada na região, associado a baixa efetividade de medidas de distanciamento social e o rápido contágio nas sedes municipais tem se tornado ainda mais preocupantes devido à frequência com que as comunidades ribeirinhas visitam essas cidades - em média 2,8 vezes por semana na região Amazônia Central, conforme exemplificado na figura a seguir, mostrando visualmente o fluxo de pessoas entre comunidades ribeirinhas e os municípios da região do Médio Solimões.



Fonte: RAMALHO et al., (2020)

Além dessas doenças e agravos, essa população também está exposta a outros riscos durante as atividades laborais, dentre eles, afogamentos e acidentes envolvendo os utensílios de uso diário como enxadas, machados, terçados, facões, anzóis, entre outros perigos devido exposição e à inexistência ou precariedade quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

A assistência à saúde para a população ribeirinha tem sido legitimada pela Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, que instituiu a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) se tornando um marco histórico importante que reconhece as condições e os determinantes sociais do campo e da floresta no contexto de saúde/doença. Esse fortalecimento tem sido impulsionado pela Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) considerando os arranjos organizativos das equipes da Estratégia Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR) e Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), diferenciando-se da ESF que atende a população urbana, já que as equipes da ESFR necessitam de organização diferenciada para construção do processo de traba-

Iho que irá garantir às comunidades ribeirinhas acesso integral à saúde (BRASIL, 2011; KADRI et. al., 2017; SILVA, 2020). Além disso, também tem se observado o aumento da cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) por meio das unidades de resgate fluvial conhecidas como “ambulanchas”.



SAMU | Fonte: National Geographic



Ambulanchas | Fonte: Do Autor



“Primeira UBS Fluvial Inteligente do Amazonas é inaugurada em comunidade ribeirinha”

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/02/13/primeira-ubs-fluvial-inteligente-do-amazonas-e-inaugurada-em-comunidade-ribeirinha.ghtml>

Nesse contexto, é importante destacar que devidos as barreiras de acesso (geográficas e econômicas) aos serviços básicos de saúde associadas à transmissão do etnoconhecimento de geração a geração, a utilização de plantas medicinais é uma prática comum entre as populações ribeirinhas, muitas vezes o único recurso terapêutico (DOMINGOS; GONÇALVES, 2019; VÁSQUES; MENDONÇA; NODA, 2014). Essa prática tem sido reconhecida e fortalecida principalmente após a criação Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) pela Portaria no 971, de 03 de maio de 2006, com objetivo de aumentar as alternativas terapêuticas dos usuários do SUS a partir de fitoterápicos, assegurando qualidade, eficácia e segurança, garantindo acesso as plantas medicinais, bem como a busca pela integralidade da atenção à saúde (BADKE et al., 2012).



Plantas medicinais - Fonte: Embrapa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMAZONAS ATUAL. Escolas rurais de Manaus são exemplo da má qualidade do ensino. Disponível em <<https://amazonasatual.com.br/escolas-rurais-de-manauas-sao-exemplo-da-ma-qualidade-do-ensino/>>. Acesso em: 05 out. 2020.
2. AMAZONAS TOTAL. Frequência das enchentes do rio Amazonas aumenta cinco vezes em 100 anos. Disponível em: <<http://amazonastotal.com.br/frequencia-das-enchentes-do-rio-amazonas-aumenta-cinco-vezes-em-100-anos/>>. Acesso em: 05 out. 2020.
3. BADKE, Marcio Rossato et al. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 363-370, June 2012. Access on 03 Aug. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000200014>.
4. BORMA, Laura De Simone; NOBRE, Carlos Afonso. Secas na Amazônia: causas e consequências. Oficina de Textos, 2013.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) [Internet]. Diário Oficial da União, 21 out 2011 [cited 2019 Jan 16].
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 837, de 9 de Maio de 2014. Redefine o arranjo organizacional das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR) e das Equipes de Saúde da Família Fluviais (ESFF) dos Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal Sul-Mato-Grossense. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0837_09_05_2014.html>. Acesso em: 16 mar. 2021.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 971, de 03 de Maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. Brasília: MS; 2012.
10. BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 16 mar. 2021.
11. BRIGIDA, Alexsander Luiz Braga; RAMOS, Evandro de Moraes. Banzeiros do rio Negro e a escola ribeirinha: as aulas de educação física no contexto da hinterlândia amazônica. Revista Teias, v. 21, n. 61, p. 201-217, 2020.
12. CARDOSO, Nathalia Alves et al. Zumbido em uma população ribeirinha exposta ao metilmercúrio. Audiology-Communication Research, v. 19, n. 1, p. 40-44, 2014.
13. CASTRO, Albejamere Pereira et al. Os sistemas agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas. Acta Amaz., Manaus, v. 39, n. 2, p. 279-288, 2009.
14. CHAVES, Maria R.; BARROSO, Silvana C.; LIRA, Talita M. Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 111-122, jul./dez. 2009.
15. COSTA, Jaqueline Helen Godinho et al. Prevenção do câncer de colo do útero em comunidades ribeirinhas atendidas pelo Programa Luz na Amazônia, Estado do Pará, Brasil. Revista Pan-Amazônica de Saúde, v. 2, n. 4, p. 17-22, 2011.
16. CUNHA, Caio Bacellar et al. Perfil epidemiológico de pacientes vítimas de escalpelamento tratados na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. Rev. Bras. Cir. Plást., São Paulo, v. 27, n. 1, p. 3-8, Mar. 2012.
17. CUNHA, Manuela Carneiro. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. Editora Companhia das Letras, 2013.
18. DA-GLORIA, Pedro; PIPERATA, Barbara A. Modos de vida dos ribeirinhos da Amazônia sob uma abordagem bio-cultural. Cienc. Cult., São Paulo, v. 71, n. 2, p. 45-51, Apr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000200014>.

19. DOMINGOS, Isabela Moreira; GONÇALVES, Rubén Miranda. População ribeirinha no Amazonas e a desigualdade no acesso à saúde. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, v. 11, n. 1, p. 99-108, 2019.
20. EM TEMPO. Seca castiga comunidade em Presidente Figueiredo. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/sem-categoria/52435/seca-castiga-comunidade-em-presidente-figueiredo>>. Acesso em: 05 out. 2020.
21. EMBRAPA. Plantas medicinais e fitoterápicos são tema de simpósio em Manaus. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/25408184/plantas-medicinais-e-fitoterapicos-sao-tema-de-simposio-em-manaus>>. Acesso em: 05 out. 2020.
22. FEITOSA, Esaú Samuel et al. Snakebites as a largely neglected problem in the Brazilian Amazon: highlights of the epidemiological trends in the State of Amazonas. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.*, Uberaba, v. 48, supl. 1, p. 34-41, June 2015. Access on 03 Aug. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0037-8682-0105-2013>.
23. FRAXE, Therezinha JP; PEREIRA, Henrique S.; WITKOSKI, Antônio Carlos (Ed.). Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Reggo, 2011.
24. FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza. Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Coleção Eduardo Galvão, 1993.
25. GAMA, Abel Santiago Muri et al. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, p. e00002817, 2018.
26. GARZON, Luis Fernando Novoa; DA SILVA, Daniele Severo. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: perdidas no espaço e no tempo dos grandes projetos hidrelétricos. *Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 48, 2020.
27. GOMES, Karine Moreira et al. Anemia e parasitoses em comunidade ribeirinha da Amazônia Brasileira. *Rev Bras Anal Clin*, v. 48, n. 4, p. 389-93, 2016.
28. GUIMARAES, Ananias Facundes et al. Acesso a serviços de saúde por ribeirinhos de um município no interior do estado do Amazonas, Brasil. *Rev Pan-Amaz Saúde*, Ananindeua, v. 11, e202000178, 2020. Acessado em 02 agosto 2020. Epub 21-Mayo-2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/s2176-6223202000178>.
29. HACON, Sandra S. et al. The influence of changes in lifestyle and mercury exposure in riverine populations of the Madeira River (Amazon Basin) near a hydroelectric project. *International journal of environmental research and public health*, v. 11, n. 3, p. 2437-2455, 2014.
30. INFO AMAZÔNIA. Pescadores da Amazônia já falam em impactos das alterações climáticas. Disponível em: <<https://infoamazonia.blogosfera.uol.com.br/2015/07/02/pescadores-da-amazonia-ja-falam-em-impactos-das-alteracoes-climaticas/>>. Acesso em: 05 out. 2020.
31. INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. Comércio Ribeirinho Solidário – uma alternativa para geração de renda na Amazônia. Brasília: IPAAM, 2013. 54 p.
32. KADRI, Michele Rocha et al. The Igarapé fluvial mobile clinic: Lessons learned while implementing an innovative primary care approach in Rural Amazonia, Brazil. *International Journal of Nursing and Midwifery*, v. 9, n. 4, p. 41-45, 2017.
33. LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, Mar. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122016000100066&lng=en&nrm=iso>.
34. LOBAO, Mário. Amazônia rural brasileira: aspectos sociodemográficos. *GOT*, Porto, n. 17, p. 93-121, jun. 2019. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672019000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 fev. 2021. <http://dx.doi.org/10.17127/got/2019.17.006>.
35. MARCONATO, Marcio et al. Taxa de pobreza e população rural no Brasil: análise espacial dos períodos 2000 e 2010. *Economia e Desenvolvimento*, v. 27, n. 1, 2015.
36. MARIOSA, Duarcides Ferreira; FERRAZ, Renato Ribeiro Nogueira; SANTOS-SILVA, Edinaldo Nelson dos. Influência das condições socioambientais na prevalência de hipertensão arterial sistêmica em duas comunidades ribeirinhas da Amazônia, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1425-1436, maio 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.20362016>.
37. MCGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 2, n. 2, mar. 2009. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/109>>. Acesso em: 30 jul. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v2i2.109>.
38. NATIONAL GEOGRAPHIC. Barco hospital retoma viagens no Amazonas – um alento para ribeirinhos. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/fotografia/2020/06/barco-hospital-retoma-viagens-no-amazonas-um-alento-para-ribeirinhos>>. Acesso em: 05 out. 2020.

39. OLIVEIRA, Adriano Teixeira et al. Conhecimento tradicional de pescadores de arraiais de água doce da região Amazônica. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v. 11, n. 2, p. 128-135, 2020.
40. OLIVEIRA, Claudia Suellen Ferro de et al. Hepatitis B and C virus infection among Brazilian Amazon riparians. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.*, Uberaba, v. 44, n. 5, p. 546-550, Oct. 2011.
41. RAMALHO, Emiliano Esterici et al. Disseminação da COVID-19 em cidades e comunidades ribeirinhas da Amazônia Central. 2020.
42. SANTOS, Paula Dayse Braga; FERREIRA, Laiana Soeiro. Terapia Ocupacional e a criança ribeirinha amazônica vítima de escarpelamento por eixo de motor de barco. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar (Impr.)*, p. [117-130], 2015.
43. SENA, Gislany Mendonça et al. Use of Natural Resources on Amazon Stilts: Case Study in the Nossa Senhora das Graças Community (Manacapuru-Amazonas). *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 4, p. 21017-21036, 2020.
44. SILVA, Adriane Maria Bezerra da et al. Ocorrência de enteroparasitoses em comunidades ribeirinhas do Município de Igarapé Miri, Estado do Pará, Brasil. *Rev Pan-Amaz Saude, Ananindeua*, v. 5, n. 4, p. 45-51, dez. 2014. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232014000400006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 ago. 2020.
45. SILVA, Ageane Mota et al. Ethno-knowledge and attitudes regarding snakebites in the Alto Juruá region, Western Brazilian Amazonia. *Toxicon*, v. 171, p. 66-77, 2019.
46. SILVA, Leandro Barreto da et al. Conhecimento de profissionais da atenção primária em saúde sobre política de saúde para populações ribeirinhas. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 73, n. 5, e20190080, 2020.
47. SILVA, Sara Araújo da; MOURA, Eryl Catarina de. Determinantes do estado de saúde de crianças ribeirinhas menores de dois anos de idade do Estado do Pará, Brasil: um estudo transversal. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 273-285, Feb. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000200007>.
48. SOUZA, José Camilo Ramos; ALMEIDA, Regina Araújo. Vazante e enchente na Amazônia brasileira: impactos ambientais, sociais e econômicos. In: VI SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2010, Coimbra - Portugal.
49. VÁSQUEZ, Sílvia Patricia Flores; MENDONÇA, Maria Sílvia de; NODA, Sandra do Nascimento. Etnobotânica de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas do Município de Manacapuru, Amazonas, Brasil. Volume 44, Número 4, Pags. 457-472, 2014.